

PASSADOS PRESENTES: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “QUE BOM TE VER VIVA”

PAST PRESENT: AN ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY "HOW GOOD IS TO SEE YOU ALIVE"

Arielle Rosa Rodrigues¹
Mariana Cristina Silva²

Resumo: Este artigo analisa, a partir do documentário “Que bom te ver viva” (1989), dirigido por Lúcia Murat, questões relacionadas às memórias de experiência de um grupo de mulheres ex-militantes das esquerdas revolucionárias brasileiras, que sofreram e sobreviveram à tortura física e psicológica durante suas prisões, ocorridas entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse período o Brasil vivia sob a égide de um regime de ditadura civil-militar. Trata-se, sobretudo, de um esforço por compreender, através de reflexões e relações entre História e memória, como essas mulheres lidam com suas experiências traumáticas.

Palavras-chave: Que bom te ver viva, ditadura civil-militar, história e memória.

Abstract: This article analyzes, from the documentary "Good to see you alive" (1989), directed by Lucia Murat, issues related to the memories of the experience of a group of former militants Women Brazilian revolutionary left, who suffered and survived the physical torture and psychological during their arrests that occurred between 1960 and 1970. during this period Brazil was under the auspices of a civilian-military dictatorship. It is, above all, an effort to understand, through reflections and relations between history and memory, as these women deal with their traumatic experiences.

Keywords: good to see you alive, civil - military dictatorship, history and memory.

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC.

² Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UDESC.
ariellerosarodrigues@gmail.com

Comemorou-se, em 2014, cinquenta anos do golpe que instaurou no Brasil uma ditadura civil-militar³, um regime autoritário que durou vinte e um anos deixando marcas profundas na história do país. Contudo, as memórias construídas acerca desse período transformam-se, com o passar do tempo, assim como os sujeitos que o vivenciaram. Se nas décadas de 1980 e 1990 a intenção era esquecer o que tinha acontecido há duas décadas, em um tom conciliador com o presente democrático que se vivia; em 2014, as intenções estão pautadas na compreensão profunda da lógica e da mecânica que explicam a duração da ditadura, além das memórias das experiências de pessoas ligadas aos movimentos de esquerda e suas consequências para a vida de cada um.

Endossando a produção literária, acadêmica e cinematográfica que é produzida desde a década de 1980 sobre a temática da ditadura civil-militar, o longa-metragem: “Que bom te ver viva” (1989) suscita e traz à tona o debate acerca da prisão política, tortura, desaparecimento, reflexões sobre a experiência daqueles anos a partir de depoimentos de mulheres que vivenciaram o período. Cabe informar ao leitor e leitora que o longa foi produzido pela Taiga Filmes, contou com a direção da cineasta Lúcia Murat e recebeu o prêmio de melhor filme no XXII Festival de Brasília de 1989, o que demonstrou uma recepção favorável por parte da crítica especializada.

O documentário, produzido em um contexto de cinema engajado, descortina o que se pretendia lembrar e esquecer naquele momento, segunda metade dos anos 1980, a fim de levar ao conhecimento do público as profundas experiências vividas por determinadas mulheres. Apresentando depoimentos e monólogos com cargas emotivas intensas, nove mulheres compõem a narrativa principal do filme. Contudo, existem diferenças substanciais em relação a essas mulheres e a maneira como estão inseridas no desenrolar do documentário. Sete dessas mulheres são identificadas no início do filme através de uma foto e de uma pequena ficha com informações atualizadas sobre estado civil, profissão, número de filhos e a relação com os movimentos de esquerda. A oitava mulher pede para não ser identificada e afirma que seu depoimento poderá ser utilizado caso seu anonimato seja mantido, solicitação plenamente atendida pela produção do

³ Denominasse esse período de ditadura civil-militar adotando a perspectiva de Daniel Aarão Reis. Ver mais em: REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 23, n. 45, jan/jun. 2010. p p. 171 – 186.

filme. Por fim, a nona mulher é uma personagem interpretada pela atriz Irene Ravache não possuindo identificação nominal e que protagoniza monólogos passados no interior de um apartamento. Ressalta-se que além das nove mulheres acima referidas, imagens, notícias de jornais da década de 1970, depoimentos de amigos (as), parentes, companheiros, ex-companheiros, médicos, colegas de trabalho e alunos (as) das depoentes estão presentes durante toda a narrativa.

Antes de prosseguir, cabe indicar que, muito embora pautado na análise de depoimentos presentes no documentário, este artigo não tem a intenção de refletir sobre os pressupostos teórico-metodológicos de tal suporte enquanto uma fonte histórica. Isto não quer dizer, decerto, que as imagens falem por si próprias e dispensem um tratamento analítico. Pelo contrário, de acordo com as premissas do ofício, a reflexão e a crítica, também aqui, é indispensável para produzir uma compreensão que ultrapasse a transmissão das informações contidas nos depoimentos e permita, então, a construção de sentidos interpretativos.⁴

A análise do documentário no decorrer deste artigo está inserida na chamada História do Tempo Presente, campo historiográfico que se dedica a interpretar, sob uma perspectiva histórica, fatos cujos traços ainda são influentes no momento em que são apresentados e discutidos pelo historiador. Como afirma Carlos Fico,

A pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar⁵.

Entretanto, é a possibilidade de confronto de narrativas, sejam elas orais ou escritas, que permitem o avanço dos estudos históricos e o surgimento de novas hipóteses para o processo estudado em questão. Na multiplicidade de narrativas que os/as historiadores/as do Tempo Presente

⁴ DA SILVA, Cristiani Bereta. O filme *Anjos do Sol* e a exploração sexual de meninas: instigando olhares. In: DE FÁVERI, Marlene; DA SILVA, Janine Gomes; PEDRO, Joana Maria. **Prostituição em áreas urbanas: Histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010. pp. 231-242.

⁵ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan/jun. 2012. p. 44,

tem a sua disposição, o desafio é delimitar quais fontes serão analisadas e quais sujeitos serão escutados. Fico prossegue em sua reflexão sobre História do Tempo Presente afirmando que:

Ao contrário do que se possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte⁶.

No caso do “Que bom te ver viva”, história, memória e testemunho cruzam-se em uma relação complexa por se tratar de uma obra centrada nos depoimentos. Nele, a memória reativada seleciona partes do que precisa ser lembrado e exposto mas, ao mesmo tempo, existe a intenção da diretora de construir significados a partir da seleção de determinadas mulheres e das suas exposições em meio a vida cotidiana em que aparece o cuidado com os filhos, a realização de tarefas domésticas, a atividade profissional, as diversões, ou seja, a demonstração de que a vida seguiu seu curso.

Há uma ressalva a ser feita quanto à personagem interpretada por Irene Ravache. Segundo Desirée de Lemos Azevedo⁷, existe a suposição que ela na verdade seja o alter ego da diretora Lúcia Murat, militante política na Ditadura que também foi presa e torturada nesse período. Em 1967, Murat ingressou no Curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, logo em seguida, passou a integrar o Diretório Acadêmico. No ano seguinte, 1968, foi presa enquanto participava de um Congresso da União Nacional dos Estudantes, na cidade de Ibiúna (SP).

Ao sair da prisão, Murat integrou-se à Dissidência Estudantil da Guanabara (DI-GB), uma dissidência do PCB, mais tarde transformada no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), onde atendia pelo codinome de *Margô*. Na época, era casada com o guerrilheiro Cláudio Torres. A cineasta foi novamente presa em março de 1971, quando sofreu durante dois meses e meio tortura física e psicológica, nas instalações do DOI-CODI. Durante uma dessas sessões de tortura, Lúcia permaneceu mais

⁶ FICO, Carlos, op.cit., p. 48.

⁷ AZEVEDO, Desirée de Lemos. O que falamos da Ditadura? Memórias da violência e da sobrevivência no filme “Que bom te ver viva!” **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, UEM, v.12, n.143, Abril 2013. p. 13-22.

de 14 horas no *pau de arara* (um dos métodos de tortura mais conhecidos no Brasil, onde o preso fica pendurado em uma barra de madeira ou metal com os pés e mãos atados: a longa permanência nesta posição pode gerar graves problemas circulatórios), o que lhe ocasionou a perda de movimentos de uma perna.

A personagem de Irene Ravache é quem inicia o filme e nos coloca de imediato em contato com a atmosfera que permeia toda a narrativa. Dentro de seu apartamento, ela começa a expor seus pensamentos e suas inquietações acerca das memórias que possui sobre aqueles momentos em que esteve presa e sofreu torturas físicas e sexuais, refletindo sobre como é possível viver e sobreviver a tantas lembranças traumáticas. As experiências da personagem certamente encontram identificações em outras tantas mulheres que sofreram a tortura naqueles anos. No entanto, compreender as experiências de cada uma das mulheres do filme é atentar para a produção e reprodução de elementos simbólicos próprios que nos permitem percorrer indícios das subjetividades particulares. Portanto, as mesmas características que as aproximam como, por exemplo, a vivência da prisão e da tortura no mesmo período, a sua própria condição enquanto mulher, o intenso grau de politização, apenas para citar alguns exemplos, são, ao mesmo tempo, produtoras de percepções diferentes de cada sujeito diante das suas experiências.

De acordo com este caráter individual da experiência, Jorge Larrosa (2002, 27) escreveu:

Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana

singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo).⁸

Voltando ao filme, logo após o monólogo da personagem são apresentadas ao espectador (a) as oito depoentes, que são as seguintes⁹:

Maria do Carmo Brito: Comandante da organização guerrilheira VPR, é presa em 1970 e torturada durante dois meses. Trocada pelo embaixador alemão, fica dez anos no exílio. Casada, com dois filhos, trabalha como educadora.

Estrela Bohadana: militante da organização clandestina POC, é presa e torturada em 1969, no Rio, e em 1971, em São Paulo. Filósofa, está casada e tem dois filhos.

Maria Luiza G. Rosa (Pupi): Militante ligada ao movimento estudantil, é presa e torturada quatro vezes nos anos 70. Está separada, tem dois filhos e é médica sanitária.

Rosalina Santa Cruz (Rosa): Militante da esquerda armada, é presa e torturada duas vezes. Tem um irmão desaparecido em 1974. Professora Universitária, tem três filhos.

Anônima: Militante de organização guerrilheira, fica quatro anos na clandestinidade e quatro anos na cadeia. Vive em uma comunidade mística e pede para não ser identificada.

Criméia de Almeida: Sobrevivente da guerrilha do Araguaia, é presa grávida, em 1972, e tem o filho na cadeia. Enfermeira, vive sozinha com o filho.

Regina Toscano: Militante da organização guerrilheira MR-8, é torturada e fica um ano na cadeia em 1970. Tem três filhos e trabalha como educadora.

Jessie Jane: Presa durante o sequestro de um avião, em 1970, é torturada três meses e fica nove anos na cadeia. Casada, tem uma filha, é historiadora.

⁸ LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência, **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, UNICAMP, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr de 2002. pp. 20-28.

⁹ Transcrição das informações retiradas do filme. A apresentação das depoentes foi mantida conforme a ordem em que aparecem no filme.

A personagem interpretada por Irene Ravache dialoga sobre as relações do passado com o presente, ou ainda, sobre a forma como o seu passado interfere, em muitos casos de maneira negativa, em sua vida presente. Em um misto de ódio e risos nervosos, a personagem busca em suas memórias da tortura explicações para tentar entender os seus conflitos presentes abordando, dessa maneira, a questão de como sobreviver após vivenciar experiências bastante traumáticas. Além disso, são tangenciadas questões referentes aos conflitos psicológicos resultantes do dilema entre não querer lembrar e não poder esquecer.

Nesse sentido, de acordo com Dora Schwarzstein, os depoimentos não apresentam apenas fatos históricos, mas também o impacto que esses fatos tiveram na vida de quem os sofreu e, mais ainda, o impacto das lembranças desses fatos na vida presente, no próprio momento do depoimento. Prossegue a autora afirmando que, por exemplo, depoimentos em torno de experiências extremas ou traumáticas permitem a reflexão tanto acerca dos fatos históricos que reportam, quanto de suas representações, uma vez que a História é mais do que a verificação e descrição de feitos do passado.¹⁰

No caso específico do filme, ao selecionar 9 mulheres (depoentes e personagem ficcional) para contar suas experiências de prisão e tortura nos anos de ditadura, constrói-se uma narrativa que procura impedir o esquecimento; ou seja, lutar para que não se cometam de novo tais atrocidades, trazendo para a esfera pública o que se considera indizível e mostrando como a vida segue seu rumo. São elas mulheres que foram militantes e, por isto, torturadas, tornando-se em seguida profissionais liberais intelectualizadas e mães de família, características em comum que as une e que conferem um tom particular ao filme. Depoimentos que emocionam, que causam indignação, raiva, choro, que motivam a levantar a mesma bandeira por elas defendida, motivam a compreensão histórica do período, motivam a análise de outras fontes referentes à temática para que se possa avançar nas pesquisas e estudos. Mas, do ponto de vista analítico, mulheres de camadas médias brasileiras que se politizaram e se engajaram nos embates políticos entre as décadas de 1960 e 1990, o que diz muito de

¹⁰ SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e história traumáticas. **Associação Brasileira de História Oral**, v. 4, 2001. pp. 73-83.

suas experiências, de seus depoimentos e do próprio documentário nelas centrado.

Além disso, são mulheres que circularam por espaços, naquelas décadas, de acesso restrito a maior parte da população brasileira. O ingresso no ensino superior e posteriormente no mercado de trabalho dentre outros espaços de sociabilidades por elas frequentados possivelmente as colocava em contato com discussões que transformaram seu modo de ser, estar, perceber o mundo. Portanto, no documentário estão expostas memórias de um conjunto específico de mulheres que não pode ser generalizado para todas as mulheres que viveram esse período. Mais ainda, a continuidade que cada uma deu à vida após o término da ditadura também não pode ser tomado como um fator homogêneo no próprio grupo selecionado, nem muito menos tal grupo representa um padrão hegemônico na sociedade brasileira.

Seja como for, suas memórias dos tempos da ditadura continuava sendo um assunto delicado e que, muitas vezes, não encontrava abertura no espaço público para tal. Como aponta Rodrigo de Moura e Cunha:

No entanto, *Que bom te ver viva*, através dos depoimentos, mostra o quanto a questão do reconhecimento desta memória se encontra fragilizada, mostra, sobretudo, a dificuldade em tornar pública esta memória. Se durante a ditadura o embate político de resistência necessariamente ocorreu por meios clandestinos, se privando da cena pública, hoje, a memória daqueles que sofreram com a repressão, que procuravam transformar a coisa pública, se vê reduzida à cena privada das lembranças dos sobreviventes, testemunhas e seus familiares¹¹

Sentindo-se abandonada pelo companheiro que, supostamente teria se afastado após ler uma pequena nota de jornal publicada sem sua autorização; a qual contém informações acerca da tortura sexual por ela sofrida nos tempos ditatoriais, a personagem embriaga-se e se põe a refletir

¹¹ CUNHA, Rodrigo de Moura e. **A Luta Armada através do Cinema brasileiro dos anos 1980 e 1990**. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História). PUC - Rio de Janeiro.

em tom dramático sobre as atuais interferências de seu passado no presente. Buscando respostas para as dificuldades de relacionar-se com homens, ela remete a uma questão interessante: a mitificação dos sujeitos que viveram a tortura na ditadura; uma vez que o protagonismo assumido pelas jovens mulheres nas décadas de 1960 e 1970 contribuiu para a (re)produção de discursos que enfatizavam a força, coragem, desejo de lutar pelo que acreditavam entre outras qualidades quase sobre-humanas.

Em outras palavras, e sem esquecer ou desmerecer os inúmeros méritos da luta política das mulheres militantes, o que se pretende aqui é entender que a reprodução de certos discursos acerca dessas trajetórias políticas contribuiu para a construção de mitos. Como então, as pessoas conviveriam com esses seres mitificados? A personagem aponta, neste sentido, o sentimento de abandono como consequência da dificuldade que viria a ser a convivência das “pessoas normais” com tais mártires. Além de sentir-se diferente dos outros, afirma sentir que os outros a tratavam de um modo diferente, o que trás outra questão: se, em dado momento, ela chega a concordar que pessoas que viveram a tortura são de fato diferentes, há uma espécie de aceitação por ser tratada de forma diferenciada. Afinal, conclui, há de se respeitar aqueles que demonstram dificuldade em lidar com pessoas que carregam histórias com tamanha carga emocional.

A personagem é categórica em dizer que as pessoas acreditam que os torturados são seres humanos diferentes exatamente pelo fato de terem sofrido a tortura, mas, afinal, acaba concordando: “Quem sobreviveu não é humano, igual ao torturador que também não é.” E conclui justificando que, não importa o quão difícil seja conviver com suas lembranças: essa é a sua história de vida e não há como ser mudada e, dessa forma, todos “terão que suportar”. Aliás, esse momento parece crucial para o desenrolar do documentário, uma vez que evidencia o enorme dilema dos que viveram experiências traumáticas e dos que convivem com os sobreviventes. Dilemas que causam sentimentos e reações complexas de ambas as partes e que, muitas vezes, ultrapassam as fronteiras do dizível e do compreensível. Trata-se, enfim, de uma das grandes questões a se refletir no que tange às trajetórias de vida nos tempos da ditadura: as dificuldades que as pessoas que sofreram tortura teriam de relacionar-se com quem não viveu experiência semelhante; o que é complementado pela maneira com que as lembranças de tudo isto afetam as relações pessoais.

Desta forma, o filme provoca, através dos monólogos da personagem de ficção, diversas questões para reflexão acerca das relações dos sobreviventes com suas memórias do período de ditadura. Apesar de ser uma experiência comum a várias mulheres militantes da esquerda, cada uma delas (sobre)viveu à tortura e passou a lidar com suas memórias traumáticas de formas distintas. Ou seja, cada uma dessas mulheres passou a significar essas memórias a partir de suas vivências e tiveram reações diferentes ao gravar seus testemunhos para o filme, pois, como afirma Joan Scott¹², as experiências não são esquecidas ou simplesmente deletadas da memória, elas são constantemente resignificadas: “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (p.5). Afinal, prossegue ela, a experiência não se confunde com a evidência da experiência, já que a primeira foi vivenciada pelo sujeito em determinado momento, enquanto que a segunda é a narração e significação do que foi vivido. Assim, considera-se que o documentário “Que bom te ver viva” não é construído com base em experiências e sim com base em evidências de experiências que adquirem novas formas e significados ao longo tempo, a cada narrativa. E são essas evidências que tornam possível o trabalho historiográfico.

Juntas, personagem ficcional e testemunhas reais suscitam o debate de diversas questões acerca das relações da memória com o presente. Por exemplo, o fato de atribuir o fracasso profissional ou nas relações afetivas à tortura; assim como sentir-se diferente; sentir que é tratada diferente pelos outros; sofrer com a falta de interesse da mídia por suas histórias; ter dificuldade em falar ou não parar de falar sobre suas experiências; comparar os sofrimentos presentes com os castigos físicos; eleger pessoas que causassem algum tipo de revolta, dor, constrangimento ou violência como o torturador; ou seja: relacionar essas pessoas com a pessoa do torturador; lidar com o sentimento de vingança; ódio, rancor, culpa, vergonha, degradação, impotência, indignação, solidão, pânico e pavor; lidar com as sequelas físicas e psicológicas; conviver com o medo de suas histórias perderem o interesse; ter medo de abordar sua história e da reação das

¹² SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia O. (Orgs.). **Falás de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. pp. 21-55.

peças ao ouvi-la; ouvir pessoas que não viveram aqueles tempos falar com tanta propriedade como se tivessem vivido também. Todas essas marcas do passado fazem parte da realidade conflitante em que vivem essas e outras mulheres que viveram a tortura durante a ditadura.

Assim como a personagem fictícia, as depoentes reais expõem suas lembranças sobre a tortura, em ordem de importância, de gravidade e de forma não linear. No tocante à questão da não linearidade da narrativa da experiência de vida, Walter Benjamin¹³ em seu texto “O narrador”, elucida:

Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo. Uma escada que chega até o centro da terra e que se perde nas nuvens – é a imagem de uma experiência, para qual mesmo o mais profundo choque da experiência individual, a morte, não representa nem um escândalo nem um impedimento (p.215).

Na citação de Benjamin podemos perceber como o narrador domina a capacidade de contar suas histórias movendo-se no tempo. Ao invés de reproduzir uma história linear e sequencial dos acontecimentos, o narrador desenvolve sua narrativa tecendo aos fatos e às experiências narradas singularidades, características próprias, emoções e transformações conforme vai contando e ouvindo outros narradores. Assim, como escreve Benjamin, a narrativa não está fechada, ela é (re)criada a todo momento a partir das experiências humanas no tempo, assim como nos testemunhos presentes no filme “Que bom te ver viva”.

As histórias apresentadas no documentário são contadas por suas próprias narradoras as quais transitam entre o passado e o presente de suas experiências particulares. São narrativas naturalmente compostas de muita comoção, fruto das angústias, incertezas, medos e ao mesmo tempo necessidade de falar e expor sobre sua experiência de vida, de tornar público o que lhes ocorrera enquanto estavam presas e sendo torturadas. Como afirma a personagem de Irene em um de seus monólogos: “Eu detesto fazer as denúncias, mas não saberia viver sem fazê-las”, sentimento que é possível apreender, direta ou indiretamente, das oito depoentes.

¹³ BENJAMIN, Walter. O narrador. In BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Em cada mulher que vivenciou as experiências de tortura, prisão, separação de entes queridos e exílio na ditadura civil-militar, temos memórias e experiências distintas e sensíveis à passagem do tempo. Alguns reivindicam que elas, na década de 1980, reneguem suas lembranças e memórias e vislumbrem o futuro democrático que se está iniciando. Aqueles anos de DOI-CODI, de celas, de instrumentos de tortura, deveriam, portanto, tornar-se passado, evitando qualquer rememoração.

Mas o futuro que estava se descortinando diante delas, o retorno da democracia, das eleições e da liberdade de expressão, eram motivos mais do que suficientes para que se começasse a falar sobre ditadura, o terror e os desaparecidos. Iniciava-se, então, uma longa luta pela permanência da memória do terrorismo de Estado, como enfatiza Beatriz Sarlo ao se referir aos países da América Latina, apontando as contribuições desses testemunhos para o julgamento e condenação daqueles agentes do que cometeram crimes:

O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do ‘nunca mais’ se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma, permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória manifestados nos relatos das testemunhas e vítimas, não tivessem existido.¹⁴

Contribuindo para evitar que o silêncio acerca dos movimentos de oposição à ditadura civil-militar brasileira prevaleça, o documentário é enriquecido de falas onde a luta pela permanência da memória é evidente. Conforme Juliana Insuela, “o embate da memória muitas vezes se dá no sentido de torná-la História”. As histórias das oito, ou melhor, nove mulheres, que as pessoas “terão que suportar” se apresentam de maneiras diferentes, pois cada uma delas deu uma continuidade singular à sua vida

¹⁴ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 20.

após o término da ditadura; porém, todas levam consigo traumas, sequelas e maneiras muito particulares de lidarem com suas lembranças traumáticas.

No tocante às relações entre história e memória, Janaína Amado afirma que:

A memória e a história conjugam-se também para conferir identidade a quem recorda. Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias; embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa.¹⁵

Apesar de essas mulheres terem concedido inúmeras entrevistas e terem repetidos suas histórias inúmeras vezes, o testemunho nunca é igual, nunca se repete. Se, como nos ensina Jorge Larrosa, a “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, o exercício da lembrança e da atribuição de sentidos às memórias da experiência são das tarefas mais significativamente particulares.

Maria do Carmo Brito conta que ela e o marido haviam feito um pacto de morte em que, caso fossem descobertos, um deveria matar o outro e depois se matar. Ao serem pegos, Maria não teve coragem de cumprir o pacto, mas conta que o marido tomou a arma de sua mão e cometeu suicídio. Ao relatar essa experiência, demonstrou ter vivido muitos anos de sofrimento, por sentir-se culpada de não ter cumprido sua parte no pacto. Segundo ela, buscou livrar-se desse sentimento de culpa por estar viva, concentrando-se em refazer sua vida, cuidando de seu marido e dos filhos. No entanto, revela o que supõe ser uma sequela dos tempos de tortura: Maria afirma que é capaz de adoecer só de imaginar coisas ruins acontecendo com pessoas próximas, o que lhe trás um enorme desconforto físico e emocional toda vez que ocorre.

Estrela revela o que seria um dos episódios mais marcantes do período em que sofreu tortura. Segundo ela, ter vivido a chamada Procissão (onde ela e os companheiros seguravam, nus, uma vela acesa e atada a um fio elétrico enquanto caminhavam entoando a canção “Jesus Cristo eu estou aqui”) mudou inclusive os seus projetos de vida. Tal experiência-limite

¹⁵ AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, n. 14, 1995. pp. 125-136.

trouxe consigo tantas indagações que, para tentar entender e superar, ela desistiu de ser arquiteta e passou a estudar Filosofia. A experiência traumática vivida por Estrela foi, assim, transformada em um instrumento de trabalho e de busca pessoal por respostas. Se por um lado, ela afirma que encontrou nas Ciências Humanas um suporte para a superação, revela que em casa precisa conviver e respeitar a negação dos filhos em ouvir sua história, tamanho é o sofrimento que lhes causa. Estrela afirma acreditar que, de certa forma, os filhos reivindicam silenciosamente que ela esqueça e não fale mais no assunto. Estrela revela ainda que carrega como seqüela insuperável daqueles tempos o pavor de lagartixas, usadas nas sessões de tortura.

Pupi emociona-se bastante ao recordar que, não suportando a intensidade da tortura física e psicológica a que foi submetida acabou por entregar informações dos companheiros aos torturadores e que, com isso, passou a sofrer censura de seus companheiros. Demonstra que essa é uma questão que sempre a incomoda, pois não consegue superar. Segundo ela, as principais marcas deixadas pela ditadura foram a tortura, a culpa e a solidão que sentia devido a situação da delação dos companheiros, que se recusavam a conversar com ela sobre isso. Pupi afirma que, apesar de seguir com sua vida, jamais recuperará “o pedaço da sua alma”, perdido naquela experiência.

Regina emociona-se bastante, ao lembrar que perdeu o filho que esperava devido à tortura que sofreu na prisão. Afirma acreditar que o que a ajudou a superar os traumas da tortura foi ter outros filhos depois de recuperar a liberdade. Regina demonstra que a geração de um filho simbolizou e continua simbolizando a resistência de sua luta. Relaciona a criação de seus três filhos à continuidade de sua luta contra aqueles que tentaram fazê-la tombar. Uma das principais marcas deixadas no presente de Regina teria sido, segundo ela, o agravamento do seu quadro de epilepsia, devido à tortura, a falta de uso de remédios controlados e da ausência da terapia enquanto esteve presa.

Rosalina Santa Cruz afirma que uma das principais lembranças da tortura foi a vontade de morrer. Rosalina acredita que esse foi um momento de exaustão física e mental tão profunda que fez com que ela beirasse a loucura por desejar o fim de sua vida. Mas a principal marca deixada na vida de Rosalina parece ter sido o desaparecimento de seu irmão Fernando, também militante, enquanto estava preso. Fernando nunca foi encontrado e

Rosalina parece nunca ter conseguido superar essa perda. Lembra que por diversas vezes achava que havia encontrado seu irmão só de ter visto um rapaz moreno. Essa busca desesperada fez com que Rosalina procurasse ajuda médica, pois percebia que estava perdendo mais uma vez a sua razão. A terapia transformou-se em um importante instrumento de apoio para Rosalina continuar vivendo e convivendo com suas lembranças traumáticas.

Criméia elegeu como umas das experiências mais marcantes a tentativa de fuga do Araguaia, quando teve que atravessar de noite um rio a nado. Todos os vinte e três companheiros, inclusive seu esposo, que estavam com ela neste momento, estão desaparecidos, além de tantos outros que faziam parte do seu agrupamento maior. Além disso, Criméia foi obrigada a ver imagens das cabeças decapitadas de seus companheiros. Enquanto estava grávida, o pai, o tio e o avô de seu filho haviam sido mortos. Ser uma sobrevivente em meio a tantas mortes fez com que tivesse que lidar com um sentimento de enorme vazio em sua vida. A gravidez obrigou Criméia a deixar o Araguaia e marcou sua vida para sempre, de forma que afirma categoricamente que nunca mais quis ter filho, apesar deste ter simbolizado a resistência, a liberdade e tudo aquilo que ela acreditava.

Jessie Jane emociona-se bastante enquanto relata sua experiência da tortura e prisão com a sua mãe, irmã e sogra. Além de lembrar o fato marcante de ter tido sua filha na prisão e de ter ficado cinco anos sem encontrar seu marido, Jane fala de ter vivido as dificuldades de se reinserir em uma sociedade que a discriminava por tachá-la de terrorista. Diante dos traumas, Jane buscou evitar falar de si; e, ao mesmo tempo, encontrou apoio na realização de um grande trabalho de pesquisa historiográfica onde reúne memórias de outras pessoas que passaram por experiências de tortura na ditadura, como uma forma de não deixar desaparecer a história daquele período do qual fez parte.

Já a ex-militante que prefere não se identificar produz uma narrativa escrita que é lida no filme por alguém que não se identifica, demonstrando que o seu afastamento da sociedade em que vivia foi a forma que encontrou para superar e conviver com suas memórias da tortura, em uma busca diária para eliminar todo o ódio, rancor e sofrimento que afetou sua vida. Tendo sido torturada pelos membros do regime militar e punida por membros de sua própria organização, a depoente afastou-se completamente da vida política por parecer perder o sentido daquilo que acreditava. No entanto,

mesmo desacreditada, aceitou expressar-se de algum modo e participar do filme, muito embora anonimamente.

Conviver diariamente com memórias do tempo em que militavam tem ressonâncias no presente das depoentes. A memória parte sempre do presente e suas formulações e reformulações estão pautadas por uma série de questões como: contexto sociocultural, indagações a que são submetidas, elementos que as ativam, dentre outros. Em 1989, essas mulheres confrontavam lembranças de experiências vividas por elas vinte anos antes.

Outro tanto se passou e a busca por conhecer as memórias das pessoas que viveram a tortura nos tempos de ditadura e, mais ainda, como essas lembranças interferiram e ainda interferem em suas vidas, em suas relações sociais, certamente ainda representa importante objeto de estudo historiográfico. Confrontar os elementos do presente diante das memórias, problematizando tais memórias e reposicionando o passado diante do presente constitui um relevante exercício no campo da História.

Seguindo as proposições de Alessandro Portelli¹⁶, por mais que "Que bom te ver viva" seja uma produção cinematográfica, o conteúdo, as memórias presentes nos depoimentos orais e as evidências de experiências devem ser contextualizadas para a produção de um trabalho historiográfico. Analisar um documentário produzido com base na oralidade é deparar-se com uma multiplicidade de sentimentos que envolvem de forma quase inevitável seu espectador, tornando-se então absolutamente necessário um afastamento para que se possa refletir, analisar e problematizar as memórias que estão sendo estudadas.

Para Portelli, a metodologia da História Oral permite chegar a evidências que possuem validade factual. Mas, para ele, há algo que importa ainda mais do que o fato: "a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados". É em busca destes significados que estamos, afinal, quando analisamos os depoimentos destas mulheres reproduzidos no filme. E estes significados integram a subjetividade presente nas narrativas. Isto é, fontes orais como os depoimentos dessas mulheres nos ensinam mais sobre os

¹⁶ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política luto e senso comum, In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 103-130.

custos psicológicos da tortura do que os fatos em si que abordam; pois, conforme Portelli, “a importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir”. À distância, cronológica ou não das fontes orais em relação aos eventos que reportam, é, nesta perspectiva, superada por elementos que um olhar superficial consideraria seu mero envoltório, sua simples vestimenta, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir, os quais conferem, em realidade, uma outra dimensão aos depoimentos, fazendo com que eles ultrapassem o que seria seu caráter de relato mais ou menos objetivo, mais ou menos preciso, mais ou menos verdadeiro.

Ainda em concordância com Portelli, defendemos a credibilidade da fonte oral, mesmo que no caso do filme ela esteja entremeada com elementos ficcionais, pois a lembrança deve ser analisada com um processo de criação de significados. Segundo ele, são justamente as modificações que “revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma à suas vidas e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”.

Seguindo adiante, vale notar que os indícios presente nas falas das depoentes nos ajudam a compreender como o passado da ditadura tem reverberações no presente dos anos 1980. Janaína Amado tratou esses indícios como dimensões simbólicas da narrativa. Segundo ela, todos os homens e mulheres compartilham essa dimensão simbólica da memória, uma vez que “um simples sabor [...] é capaz de despertar as mais longínquas lembranças; uma música recorda o amor perdido, o mais querido...”. Não se limitando a aspectos agradáveis do passado, a dimensão simbólica permite compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que tiveram.

Os fatos da tortura nos são já bastante conhecidos: quando ocorreram, quem participara, as formas de tormento, etc. A grande questão aqui, consiste em descobrir como essas mulheres tem lidado com o sentimento e as memórias desses fatos conhecidos. Algumas tiveram sequelas físicas, outras, psicológicas. Os pesadelos constantes, as crises de ansiedade. Todas demonstraram vontade de superar, mas sem esquecer. E nesse esforço de lembrar é necessário conviver com a dor que continua latente, tornando-se manifesta toda vez que a memória é (re)ativada.

É a partir das suas lembranças singulares que todas as mulheres apresentadas pelo filme procuram se projetar como agentes históricos. Por mais que as relações de poder e de gênero estivessem marcadas e presentes fortemente durante as narrativas contidas no filme, elas buscam enfatizar este papel de agentes históricas, não de vítimas. Ao escolherem lutar pelo que acreditavam e ao compartilharem suas experiências em público, essas mulheres rompem com o silêncio acerca das esquerdas, rompem com os papéis de gênero delas esperado e com a invisibilidade feminina ao longo da História. Conforme Beatriz Sarlo¹⁷:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar.

Assim, ao narrarem suas experiências, essas mulheres tornam comunicável o que se achava ser incomunicável, oferecem indícios de como estava estruturada a máquina da repressão e de como as esquerdas agiam naquele momento. As nove mulheres, além de tornarem sua participação no filme importante instrumento de divulgação, conhecimento e luta pelo direito de memória, contribuíram ainda com importantes elementos que nos permitem conhecer as particularidades da memória individual de uma experiência coletiva. Cada uma delas viveu a tortura e, cada uma narra sua experiência de um modo particularmente diferente, apesar de terem seguidos caminhos muito semelhantes ao escolherem exercer, na maioria, profissões extremamente politizadas.

Os 21 anos de ditadura civil-militar podem ter acabado. No entanto, cinquenta anos depois há muitas questões a se debater. Para historiadores, muito ainda falta ser feito. Muitas fontes precisam ser analisadas, muitas

¹⁷ SARLO, Beatriz, op. cit., p. 24-5.

questões precisam ser feitas, muitas memórias precisam ser confrontadas. “Que bom te ver viva” carrega no título marcas daqueles anos. Se a luta antes era pela vida, hoje é pela sobrevivência da memória.

Na atualidade, estudam-se os movimentos de esquerda com afinco e profundidade. Recorrendo a fontes impressas, filmográficas e depoimentos orais, dentre outras fontes, novas tramas históricas são tecidas. Se, na década de 1980, o objetivo era trazer à tona aquelas memórias e visibilizá-las momentos antes da primeira eleição direta para a presidência da República desde o golpe de 1964, em 2015 pautamo-nos em analisar como essas memórias acerca da ditadura foram (re)construídas e (re)significadas.

No sentido benjaminiano, as nove mulheres que tornam suas experiências públicas são, em certos momentos e em algumas situações, narradoras. Indo do presente ao passado mediante continuidades e descontinuidades, as depoentes constroem narrativas não lineares e carregadas de emoção, flertando com o drama da personagem de Irene Ravache. Sem dúvida, é preciso estranhar as memórias dos depoimentos orais para que se possa analisá-las. Estranhar, nesse caso, significou perceber como lembranças aludem ou dão indícios do cotidiano das prisões ou das sessões de torturas. Significou também observar quais as relações entre o passado e o presente e como as experiências são transmitidas e imbuídas de sentidos a partir da ação da memória.

Se o esquecimento neste caso é inaceitável e mesmo impossível, assistir ao documentário que contém falas que rompem com o silêncio que a sociedade apresenta desde 1989 com relação a esses sujeitos é refletir sobre como o nosso presente, 2015, têm lembrando os anos da ditadura civil-militar. Buscando conhecer e entender como as pessoas que foram torturadas vivenciam internamente essas memórias, nossa intenção é revigorar um debate que está longe de finalizar.